



EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS: “O QUE VAMOS DIZER ÀS CRIANÇAS?”

EDUCACIÓN SEXUAL EN LA EDUCACIÓN INICIAL: “¿QUÉ LE VAMOS A DECIR A L(O/A)S NIÑO(A)S?”

SEX EDUCATION IN THE EARLY YEARS: “WHAT ARE WE GOING TO SAY TO CHILDREN?”

Rafaela Carminatti¹

Fabiane Olegário²

RESUMO

O presente artigo busca compreender concepções de professores dos Anos Iniciais sobre a Educação Sexual de uma escola municipal localizada no interior do Rio Grande do Sul. Diante de um tabu na sociedade, a pesquisa observa a necessidade de estudar essa temática no meio acadêmico. A metodologia utilizada é a de grupo focal, baseado nos estudos de Trad (2009) e Gatti (2005). O trabalho conta com as contribuições de Seffner (2014), Guizzo (2018) e Louro (2008) para compreender questões relacionadas à sexualidade e gênero. A pesquisa conclui que exige-se um amparo político para que os docentes possam se orientar e desenvolver a Educação Sexual da melhor forma na escola, bem como auxiliar os professores em diálogos e situações ocorridos com as famílias dos estudantes sobre discursos de gênero e de sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual. Escola. Legislação.

RESUMEN

Este artículo busca comprender las concepciones que tienen los docentes de Educación Inicial, de una escuela municipal, ubicada en Rio Grande do Sul, Brasil, sobre Educación Sexual. La investigación examina la necesidad de estudiar este tema en el ámbito académico como consecuencia de un tabú. Para tal fin, se toma el grupo focal, como procedimiento metodológico, según los estudios de Trad (2009) y Gatti (2005); en

¹ Graduada em Pedagogia. Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Docente dos cursos de Pedagogia e de Letras da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil.

relación a la comprensión de las nociones de sexualidad y género este trabajo cuenta con los aportes de Seffner (2014), Guizzo (2018) y Louro (2008). La investigación concluye que se requiere una base política y legal que soporte las acciones de los docentes en materia de Educación Sexual en la escuela y en relación con los cuidadores de los estudiantes para dialogar acerca de situaciones derivadas de las nociones de sexualidad y género.

PALABRAS CLAVE: Educación Sexual. Escuela. Legislación.

ABSTRACT

The present article aims to understand the conceptions of the teachers of the Early Years about Sexual Education in a municipal school located in the interior of Rio Grande do Sul. Faced with a taboo in society, the research observes the necessity of studying this theme in the academic environment. The methodology used is the focus group, based on studies by Trad (2009) and Gatti (2005). The work relies on contributions from Seffner (2014), Guizzo (2018) and Louro (2008) to understand issues related to sexuality and gender. The research concludes that political support is required, so that, the teachers will be able to guide themselves and develop Sexual Education in the best way at schools, furthermore, to assist teachers in dialogues and situations that occur with the families of the students regarding gender and sexuality discourses.

KEYWORDS: Sex Education. School. Legislation.

Introdução

A Educação Sexual ainda é um tabu no Brasil, isso é fato. Podemos afirmar através de dados que comprovam a escassez de políticas públicas sobre esta temática. Em 2019³, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE constatou que 27% dos alunos ingressados no 9º ano do ensino fundamental já haviam tido relações sexuais. Diante desse cenário, é importante realizar uma retrospectiva em termos de políticas públicas, a fim de compreender de que forma a escola tratou esse assunto ao longo do tempo. No ano de 1997 foram homologados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que objetivavam orientar escolas e famílias sobre a Educação Sexual. Casos de gravidez precoce no Brasil foram um dos principais motivos para a criação de um documento orientador na época. Entretanto, os dados da pesquisa referida anteriormente apresentam alto índice de relações sexuais prematuras, que, ocasionalmente, podem resultar gravidez indesejada em adolescentes.

³ Informação retirada do site do G1 na seção Profissão Repórter. A matéria publicada no ano de 2019 traz a última pesquisa feita pelo PeNSE. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2019/06/27/educacao-sexual-ainda-e-tabu-no-brasil-e-adolescentes-sofrem-com-a-falta-de-informacao.ghtml> Acesso em 08 nov. 2022.

A última diretriz governamental ocorreu há 25 anos e, através dos números do PenSE, há poucos resultados efetivos. Por meio desses dados, percebe-se que a falta de informação na escola gera angústia, medo e desinformação aos jovens e professores e, muitas vezes, às famílias. A omissão dessa temática no meio social e a falta de legislação são problemas a serem debatidos a fim de evitar a desinformação.

Em pleno século XXI, esse tema é pauta de grupos conservadores, que compreendem a Educação Sexual como algo não importante ou como assunto inapropriado - que, portanto, não deveria vir à tona. A justificativa é que diálogos sobre sexo, sexualidade e gênero com crianças e adolescentes poderia ser incentivo à iniciação sexual precoce. Entretanto, argumentos baseados em crenças, em verdades absolutas ou no senso comum serão discutidos neste texto. Felipe e Guizzo (2016, p. 481) afirmam que a heteronormatividade vem sendo empregada para excluir quaisquer outros gêneros sexuais que não sejam heterossexuais, fazendo deles “marginalizados, ignorados ou perseguidos por práticas sociais, crenças ou políticas”. A heteronormatividade é uma linguagem que, assim como outras, faz parte da Educação Sexual e está relacionada ao modo conservador de se enxergar o mundo. É necessário refletir sobre essa relação controversa para compreender a visão da sociedade sobre a Educação Sexual.

Um primeiro movimento é perceber que a Educação Sexual não tem o intuito de ensinar a fazer sexo, tampouco viabilizar o que foi chamado de "kit gay" por grupos mais conservadores e reacionários no Brasil. No ano de 2011 iniciou-se o debate sobre a criação de uma cartilha pedagógica, que tinha como objetivo propor atividades que envolvessem a diversidade sexual e de gênero na escola. O apelido “kit gay” dado ao movimento Escola sem Homofobia gerou discussões devido ao seu caráter ofensivo e fez com que o material fosse visto de forma negativa. A cartilha foi alvo de opositores à diversidade, que afirmavam haver nela potencial de tornar as crianças homoafetivas (MARACCI, 2020).

Quando se fala em Educação Sexual, o gênero e a sexualidade também fazem parte dessa temática, uma vez que estão ligados mediante seus significados. Segundo Felipe (2007), nas últimas décadas a discussão sobre gênero conquistou maior visibilidade no meio acadêmico, em movimentos sociais, organizações não-governamentais e na militância político-partidária, com o objetivo de promover igualdade de gênero, diversidade e direitos. Já a sexualidade, de acordo com Felipe e Guizzo (2003, p. 122), é um eixo central e faz parte de um panorama mundial de

diálogos na sociedade: “[...] ela tem se mostrado permanentemente como alvo de fiscalização e controle por parte das escolas, das famílias e até mesmo da mídia”.

É notória a relevância dessa temática e, sua importância, para a formação do sujeito mediante a sua contribuição para o conhecimento do corpo, de doenças altamente perigosas (DSTs), da gravidez precoce, além de ensinar sobre consentimento e como se defender de um abuso sexual, por exemplo. Felipe (2007) afirma que a temática se isola somente em uma abordagem biológica, mas que o certo seria a escola proporcionar estudos, debates e conversas acerca de aspectos culturais e históricos que estão estabelecidos em torno da Educação Sexual. Ao observar a importância de se trabalhar na sala de aula diferentes visões sobre uma temática, compreende-se que o olhar voltado a questões sociais sobre a Educação Sexual é fundamental para o entendimento do assunto.

Nos últimos anos, as mídias sociais têm tido papel importante em diferentes áreas da sociedade. Em relação à Educação Sexual, pode-se observar também os diferentes efeitos que uma temática sofre nas redes sociais. As *fake news*, por exemplo, são vistas como algo negativo que permeia as redes sociais e contribuem, infelizmente, para o compartilhamento de informações falsas. Mas, por outro lado, há um lado positivo nas mídias sociais, tal como o fato ocorrido em Blumenau⁴, em que uma professora viralizou na internet ao ensinar um de seus estudantes como se defender de um abuso sexual caso alguém chegasse perto das suas partes íntimas. Ela usou a seu favor a mídia para mostrar a importância de haver Educação Sexual na escola. Diante deste fato, indaga-se:

Será que a tomada de decisão dessa professora estava baseada em uma legislação específica sobre Educação Sexual? Questões como essa são fundamentais no processo pedagógico, no que tange ao ensino e à aprendizagem. Então refletir sobre a legislação direcionada a Educação Sexual e seu discurso é fundamental para tornar possível reflexões sobre o contexto político e suas formas de inserções no ambiente escolar, bem como as diferentes opiniões dos professores de diferentes contextos.

Nos documentos mais recentes no campo da educação, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é possível perceber a ausência do debate acerca da Educação Sexual. Em uma rápida busca feita na BNCC da palavra sexualidade, o

⁴ Matéria do site O município - Blumenau. Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/video-professora-de-blumenau-viraliza-na-internet-apos-compartilhar-acao-de-combate-ao-abuso-sexual/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

termo aparece cinco vezes no documento. Com isso, é importante reparar que essa palavra é apresentada no documento desprovida do contexto real e sem referências específicas, voltadas mais para a temática em si. Mediante tal verificação, é perceptível que a Educação Sexual não é priorizada nos documentos reguladores da educação básica, gerando falta de informação, escassez de políticas públicas e de orientações que possam respaldar os professores e a comunidade em geral na introdução da Educação Sexual nas escolas.

Diante dessas problemáticas envolvendo a Educação Sexual que esse estudo se debruça, o presente artigo objetiva compreender as concepções dos professores dos Anos Iniciais de uma escola pública no interior do Rio Grande do Sul - RS sobre o que pensam em relação à Educação Sexual.

Nessa perspectiva, o método de pesquisa escolhido foi o grupo focal, que tem os estudos baseados em Trad (2009) e Gatti (2005). O uso dessa metodologia, segundo Gatti (2005), tem a intenção de levantar vários dados que vão ao encontro do objetivo geral da pesquisa, com o cuidado de não fugir da proposta central. De acordo com Bernadete Gatti, o grupo deve conter um mediador que gere a comunicação entre seus participantes por meio de questões norteadoras sobre o assunto escolhido. Além disso, deve-se atentar para não fechar uma questão com a opinião do facilitador, ou com alguma intervenção que mude o foco do grupo focal (GATTI, 2005). Esta pesquisa foi realizada com professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e equipe diretiva.

Para o desenvolvimento do aporte teórico, utilizou-se Louro (2008), Guizzo (2018) e Seffner (2014) para compreender concepções acerca da temática escolhida. Segundo Louro (2008) a construção das sexualidades e dos gêneros é entendida com base em inúmeras práticas e conhecimentos que ao longo do tempo vão se manifestando e ecoando por entre os meios culturais e sociais que se apresentam na sociedade.

Educação sexual: entrelaçando significados e políticas públicas

“Sexo”, “Educação Sexual”, “bicha”, “veadinho”, “kit gay”, “putinha”, “sapatão”, fazem parte de uma linguagem que não é neutra, ou seja, que carrega consigo uma gama de significados e sentidos. Dessa forma, as palavras estão no cotidiano das pessoas, em contextos tais como: nas conversas de bar, nas rodas entre amigos, nas “brincadeiras” na escola, e também circulam na mídia por meio das linguagens midiáticas.

Nesse sentido, pode-se ter a hipótese de uma possível influência das grandes mídias sobre a Educação Sexual - por meio de redes sociais, filmes, séries e por parte da televisão aberta. Segundo Pacheco e Melo (2014), às linguagens midiáticas estão relacionadas a vivências, relações e ideias sobre a sexualidade, que, por sua vez, educam sexualmente as pessoas, mesmo que essas vivências e concepções ainda se encontrem ocultas na sociedade.

Além das linguagens midiáticas, as expressões chulas citadas anteriormente vêm ganhando espaço na sociedade em forma de “linguagem política” (SOUSA, 2021, p. 13). Nessa perspectiva, são gerados conflitos e oposição de ideias, geralmente vinculados a movimentos sociais, entre grupos conservadores e grupos de resistência em relação ao preconceito. De acordo com Sousa (2021, p. 13), essa linguagem política ocupa uma posição fundamental “na luta pela libertação de sujeitos sexuais dissidentes”. Com isso, educar sexualmente consiste também em exercitar o pensamento crítico, pois através da Educação Sexual é possível refletir e agir sobre problemas sociais - dentre eles, a autora menciona o enfrentamento, através da resistência, à “lesbofobia, transfobia, homofobia, putafobia etc.” (SOUSA, 2021, p. 13).

Partindo para o entrelaçamento dos significados e políticas públicas sobre a Educação Sexual, mencionamos os Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados no ano de 1997. São diretrizes apresentadas pelo Governo Federal que visavam, entre outros conteúdos, a orientação educacional nas escolas a respeito da Educação Sexual. Segundo os PCNs (1997, p. 77), o motivo da inserção desse assunto ocorreu “devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada” por volta da década de 80. Além disso, esse documento aborda, dentro do conteúdo da orientação sexual, a existência de uma espécie de resistência que vinha por parte dos responsáveis pelas crianças e adolescentes na época, fazendo com que a implementação de uma orientação sobre a Educação Sexual fosse necessária. Conforme os PCNs:

A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam a orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. (BRASIL, 1997, p. 77).

Com isso, observa-se que os objetivos dessa implementação se deram a partir de “reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e

responsáveis” (BRASIL, 1997, p. 73). Essas reflexões e discussões possuíam o intuito de “sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos, levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também, os Direitos Humanos” (BRASIL, 1997, p. 73).

Nesse sentido, a seção da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais apresenta a “expressão cultural” como termo para conceituar a sexualidade na percepção de que “cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo” (BRASIL, 1997, p. 81). Essa ideia, segundo os PCNs, resultou na separação da orientação sexual em três dimensões: a biológica (ciência), a psíquica (afeto e sentimento) e a sociocultural (história e cultura).

Muitas vezes o que consta nos marcos regulatórios servem como uma base para orientar os professores em relação ao assunto sexualidade e gênero. O que se passa dentro da sala de aula - como conversas, debates, relações entre estudantes, professores, experiências e vivências - pode fazer com que o desenvolvimento do assunto mude conforme esses aspectos. A relação entre o professor e o aluno é fundamental para que essas conversas e debates ocorram de forma tranquila e que todos possam se sentir bem ao expor dúvidas e curiosidades sobre a temática.

Diante disso, Gava e Villela (2016) ressaltam desafios que permeiam a prática docente, quando o próprio professor reflete sobre uma possível conversa com os estudantes acerca da sexualidade, como a citação a seguir:

Algumas vezes o que falar em sala de aula acaba sendo justificado pelas diretrizes e pelos parâmetros, ‘não sabe se o pai vai aceitar, então a gente procura ir dentro do que está no currículo; mesmo pra qualquer coisa, olha, esta aqui eu tive que dar, né?’. Mas as regras mais sutis se dão no meio, na interlocução dos discursos e dos silêncios acerca da sexualidade. (GAVA; VILLELA, 2016, p. 165).

As orientações dos PCNs, mesmo que antigas e insuficientes, podem dar uma noção da forma com que o professor pode abordar a Educação Sexual em sala de aula, observando que, na prática, as características da turma e dos estudantes impactam diretamente no discurso e planejamento do docente. Desse modo, pode-se perceber que os PCNs abordam o conteúdo de sexualidade e manifestam a necessidade do trabalho pedagógico acerca desse tema na escola. Conforme Louro (2008, p. 18), “a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente,

infindavelmente”. Nesse sentido, a escola deveria fazer parte dessa construção para que o sujeito tenha capacidade de reconhecer a si e ao outro na sociedade em que vive. Tudo isso contribui para a construção do gênero e sexualidade do sujeito.

Além dos PCNs, é importante destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) também carregam consigo alguns aspectos voltados à sexualidade e ao gênero. Este marco regulatório apresenta questões referentes aos direitos humanos expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), nas quais a saúde, sexualidade e gênero são temáticas importantes, e por isso devem integrar o rol de conteúdos escolares.

Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) [...], diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (BRASIL, 2013, p. 134).

Partindo para um outro marco regulatório da educação, a publicação do Diário Oficial da União no dia 18 de junho de 2015 apresenta a instituição da comissão para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com base na Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014) (BRASIL, DOU, 2015). A comissão foi composta conforme Art. 1º, inciso I:

§ 1º A Comissão de Especialistas será composta por 116 membros, indicados entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a educação básica e formação de professores, professores em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas que tenham vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação (BRASIL, DOU, 2015).

Desse modo, em 2018, a BNCC foi homologada definitivamente e posta em vigor para todas as escolas de educação básica do Brasil. Ao analisar a Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que o tema sexualidade não está muito presente nos Anos Iniciais, apenas para os Anos Finais, quando é abordada na unidade temática Vida e Evolução com relação à reprodução humana. Com isso, é visível nesse documento que não há nenhuma unidade que seja especificamente voltada para a Educação Sexual, que consequentemente nos mostra o quanto esse tema está vago dentro deste marco regulatório.

Após analisar os PCNs na seção orientação sexual e a BNCC, pode-se verificar que os marcos regulatórios não buscam utilizar a seu favor suas diretrizes para que a temática sobre a Educação Sexual tenha um espaço mais amplo dentro dessas políticas públicas. Essa falta de espaço contribui para a ausência do debate pedagógico sobre assuntos direcionados à Educação Sexual, necessário nas escolas, de modo a reforçar o tabu acerca do tema.

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais, criados há mais de duas décadas, acabam sendo deixados de lado devido à utilização de outras diretrizes apresentadas e homologadas pelo governo federal. Por conta disso, a Educação Sexual, a sexualidade e o próprio gênero, muitas vezes, ficam em segundo plano dentro do currículo da escola.

Diante disso, é importante observar como as leis, documentos e orientações podem contribuir positivamente para ampliar os estudos acerca da Educação Sexual. Vemos isso na citação abaixo:

[..] considero fundamental ampliar estudos e pesquisas que possam dar conta de outras discussões em torno da sexualidade, enfatizando os aspectos culturais e sócio-históricos aí envolvidos. [...] Para ampliar as discussões em torno do gênero e da sexualidade no espaço escolar, é fundamental observar de que forma, na nossa cultura e em outras também, os vários grupos sociais elaboram minuciosas estratégias de controle sobre os corpos masculinos e femininos, criando expectativas em torno deles, estabelecendo padrões de comportamento aceitáveis ou inaceitáveis, categorizando-os como normais ou anormais, imputando-lhes tratamentos, terapias, vigilâncias, castigos, torturas ou mesmo a morte (FELIPE, 2007, p. 80).

Nesse sentido, com essa criação de normas pela sociedade, produz-se expectativas sobre as ações de cada corpo e seu desenvolvimento na escola. Guizzo (2018) cita que a escola deve ser um espaço para que as ações dos corpos masculinos e femininos sejam repensadas, bem como os lugares que irão ocupar e o que é considerado adequado, além da forma que se entende o “natural” para homens e mulheres.

Metodologia: Grupo Focal

Segundo Trad (2009), em relação ao ambiente propício para a realização do grupo focal, a organização deve ser em espaços confortáveis e de fácil acesso aos participantes, para que haja promoção de um ambiente aconchegante e convidativo para a pessoa se debruçar sobre o assunto escolhido. Além disso, o papel do moderador, ou seja, da pessoa que irá mediar o grupo focal, é pertinente quando utilizada como método de pesquisa, pois é função dele apresentar de forma clara os objetivos do grupo focal, bem como, os focos principais do estudo durante as discussões (TRAD, 2009).

Seguindo, se faz presente as considerações de Gatti (2005) ao tratar o grupo focal como uma metodologia de pesquisa que sugere “à exposição ampla de ideias e perspectivas”, e que “permite trazer à tona respostas mais completas e possibilita também verificar a lógica ou as representações que conduzem à resposta” (GATTI, 2005, p. 10). A autora também afirma que o grupo focal é visto como um instrumento de pesquisa metodológico, ao procurar compreender as diferentes opiniões entre os participantes.

A técnica é muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como compreender os fatores que os influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos. (GATTI, 2005, p. 14).

Com isso, é importante salientar que o grupo focal necessita de estrutura e de organização para sua realização. Segundo Gatti (2005), a composição do grupo pode ser baseada em questões relacionadas a semelhanças entre os participantes, mas que ao mesmo tempo permita que haja divergências entre eles e suas opiniões. Dando sequência, a autora afirma que para ocorrer um bom registro das discussões do grupo, as gravações de voz feitas devem ser de boa qualidade para que se assegure tudo o que será falado durante os encontros. É relevante, segundo Gatti (2005), a elaboração de um planejamento por parte do moderador, de modo que ele deva interagir com o grupo através de questionamentos acerca do assunto em pauta sem dar sua opinião ou criticar de forma negativa a dos participantes.

Ao longo de quatro encontros previamente planejados foi possível abordar vários objetivos que fossem na direção da problemática da pesquisa, do mesmo modo que fizesse jus ao objetivo geral. Assim, algumas das finalidades do planejamento constituiu-se em: entender o que as professoras compreendiam sobre a Educação

Sexual; planejar debates sobre a forma que as professoras poderiam introduzir a Educação Sexual na sala de aula; verificar qual a influência da opinião docente e das políticas públicas (ou falta delas), entre outros.

Em relação aos procedimentos éticos da pesquisa, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as participantes, esclarecendo sobre os efeitos da pesquisa, bem como seus objetivos, deixando claro que a participação era facultativa e a desistência, um direito.

Educação Sexual, “um bicho de sete cabeças?”: grupo focal

Falar sobre Educação Sexual na escola é trazer possibilidades, conhecimentos e experiências que contribuam para a formação do sujeito. Uma dessas possibilidades é questionar os professores da instituição sobre como trabalhar esse assunto com as crianças, o que significa Educação Sexual para elas, entre outras questões. O grupo focal foi realizado durante quatro encontros com a presença dos cinco participantes que foram identificados com base na turma em que são titulares.

O primeiro encontro teve como objetivo entender o que as professoras compreendiam sobre a Educação Sexual. A conversa ocorreu com base na pergunta: “Para você o que é educação sexual?”, que de imediato foi respondida pela professora do 2º ano e relacionada ao corpo através da seguinte fala:

Eu acredito que a educação sexual seja a questão do corpo, de conhecer o próprio corpo. Não entra na questão do sexo, mas muito de se conhecer mesmo, de saber quem pode tocar em mim, se eu posso tocar em outra pessoa. Eu acho que essa é a Educação Sexual, o corpo da criança. Não só da criança, o nosso também. Da gente saber lidar com o próprio corpo.

Em um desses encontros, a pesquisadora questionou de que maneira dever-se-ia introduzir a Educação Sexual na sala de aula para as crianças, considerando a realidade delas. Em seguida, uma professora afirmou que introduziria, em conjunto com os demais profissionais da escola, a temática através de projetos sobre o corpo, a higiene, o pudor e outros. Segundo Seffner (2014), para se pensar em propostas pedagógicas tendo como foco principal a sexualidade e o gênero, deve-se utilizar a construção de projetos de longa duração que possuam uma grande presença dentro da sala de aula. A justificativa do autor é que o assunto precisa estar sempre em debate, não apenas

quando algum estudante tem a coragem de perguntar algo ou deixar o ensino somente nas aulas de biologia. Além disso, Seffner (2014) afirma que os professores devem ser referência aos estudantes e demonstrar seu interesse e sua capacidade quando o assunto for gênero ou sexualidade. Outra questão abordada foi sobre realizar estudos de caso na escola através da criação de projetos para ensinar sobre Educação Sexual às crianças, em um processo mais demorado. Conforme o relato da professora do 2º ano, “se a gente começar a fazer projetos, lá no começo, tratar isso naturalmente, isso vai crescer com eles. Eles não vão chegar no sétimo ano com vergonha de falar pênis”.

Dando seguimento à conversa, foi perguntado sobre o uso da BNCC no planejamento, se possuía algo sobre sexualidade ou algo que falasse da Educação Sexual e, a resposta comprovou a existência da escassez de legislação na escola: “Eu não vi nada” disse a professora do 3º ano; já a do 4º ano fala “não tem nada na BNCC”. Para Seffner (2014) manifestar a sexualidade através de questões políticas, pedagógicas, culturais, emocionais e de saúde é muito importante para que o sujeito compreenda os gêneros e sexualidades de uma maneira mais ampla. Para ele, a escola deve deixar um pouco de lado a parte mais biológica do tema e partir mais para situações sociais, pois “a sexualidade tem a ver com muitos temas, e está presente em muitas manifestações da vida” (SEFFNER, 2014, p. 78).

Em um dos encontros foi questionado às professoras sobre como as políticas públicas, ou a falta delas, impactam na Educação Sexual na escola. Em seguida, a professora do 4º ano relatou: “A primeira coisa é o amparo. Primeira coisa é essa clareza, a criação de alguma lei”, “nós estamos como escola criando estratégias. A gente não tem tantas ferramentas assim” e “tem que vir de cima, tem que ter orientação para as professoras que vão trabalhar com o assunto, tem que adequar a faixa etária e daí sim ser implementado nas escolas”, conforme a professora do 3º e 5º ano. Além disso, as professoras comentaram sobre criar uma orientação com algum embasamento teórico sobre a Educação Sexual no Projeto Político Pedagógico, o PPP. Segundo elas, essa orientação ajudaria o docente a saber lidar com situações relacionadas à Educação Sexual mesmo se um deles fosse contra algum ideal relacionado a ela. Afirmam também, que ter uma instrução poderia acontecer através de políticas públicas, para que o professor possa guiar suas ações no momento que a Educação Sexual surgir no dia-a-dia escolar: “tem que ter uma orientação clara”, disse a professora do 4º ano; “o profissional tem que segurar a onda e agir com coerência”, falou a professora do 2º ano.

De acordo com as falas das professoras acima, observa-se que elas apresentam uma grande necessidade de serem amparadas por alguma legislação. Segundo Guizzo (2022, p. 37):

Talvez estejamos presenciando – no campo da educação – um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que leis e ordenamentos normativos têm sido propostos com o intuito de dar espaço para discussões sobre as diferenças, temos vivido um período em que segmentos mais conservadores têm ganhado espaço e se oposto ao trabalho pedagógico que aborde gênero e sexualidade.

Segundo Seffner (2014) a escola deve evitar trazer somente pessoas que trabalham fora da escola para falarem sobre a Educação Sexual. Para ele é essencial passar a ideia de que o professor tem a capacidade e o conhecimento sobre os gêneros e as sexualidades ao falar sobre o assunto, até em momentos em que o docente possa dialogar com a pessoa que está fazendo uma palestra, ou falando do assunto e seja de fora da escola. Durante os encontros, a professora do 1º ano relatou a questão de trazer profissionais da saúde ou da psicologia para tratar da Educação Sexual na escola com as crianças. Entretanto, elas refletem sobre a existência de profissionais que não sabem falar sobre determinados assuntos, como a Educação Sexual, para as crianças de uma forma simples e lúdica, surgindo a seguinte fala da professora do 2º ano: “Essas pessoas, elas não têm preparo para vir falar para a educação infantil, para as séries iniciais” e “Eu não acredito nisso de esperar alguém da Saúde vir”.

Nesse sentido, para que os professores tenham capacidade de gerar aprendizado aos estudantes sobre a diversidade sexual e de gênero, Felipe e Guizzo (2016, p. 488) afirmam que essas temáticas devem ser “incluídas em documentos legais (pareceres, orientações e/ou legislações”, e que a Escola aposte em formações aos professores, para que haja a introdução e a articulação da temática por meio de diálogos. Durante os encontros, a ausência de formações pedagógicas também veio à tona: “Aquela coisa da sétima série da profª de ciências” lembra a professora do 1º ano. Para elas, investir em questões como essa faria a diferença quando a temática fosse posta em prática na sala de aula.

Durante outro encontro, a palavra religião surgiu como comparação à Educação Sexual através da seguinte fala: “Temos essas famílias tão fechadas, tão conservadores nessas questões de religião, imagina se a professora fala algumas coisas, dependendo os termos que ela usa, e eles vão pra casa dizer” relatou a professora do 3º ano. Já a

diretora da escola fala: "A gente respeita a religião dos alunos porque não respeitaria a homossexualidade? No momento que a gente se depara a gente vai respeitar e talvez a gente vai saber como lidar com situações como a gente lida com essas questões de religião". Essas questões surgiram através de experiências de algumas das professoras com estudantes que possuem certas restrições mediante atividades escolares pelo fato de seguir uma determinada religião. Desse modo, percebe-se que as crenças e os dogmas podem influenciar nas atividades relacionadas à Educação Sexual. Segundo Seffner (2014), a laicidade deve prevalecer na escola para que os estudantes, professores e demais indivíduos que nela atuam possam expressar em liberdade sua religião, bem como suas sexualidades e gêneros:

A escola é uma instituição republicana, é uma coisa pública ('res publica'), onde todos manifestam e discutem suas posições, e aprendem a se respeitar. Isso vale muito para os temas do gênero e da sexualidade. Não vivemos e nem viveremos em uma sociedade onde todos pensam da mesma forma. Vivemos em uma sociedade democrática, plural, onde há diferentes modos de pensar e agir politicamente e isso é uma riqueza, e não um problema. (SEFFNER, 2014, p. 78).

Ao longo dos encontros, notou-se falas variadas que as professoras fizeram em relação às famílias e a uma possível Educação Sexual na escola. Elas relataram as angústias que possuem em relação às famílias, questionando de que forma se responde para as crianças perguntas sobre sexualidade, por exemplo, pois possuem receio de como essas famílias irão receber isso em casa. Com isso, compreende-se que essas situações indesejáveis compartilhadas pelos docentes são consequências da falta de amparo pelo poder público, bem como da falta de informação e abertura das famílias.

[...] algumas famílias acabam dificultando o trabalho com as questões de gênero e sexualidade nas escolas. Além do que, elas parecem não se dar conta de que a educação acontece em diferentes meios, como a televisão, os jornais, a internet, entre tantos outros meios que poderiam aqui ser citados. (FELIPE; GUIZZO, 2016, p. 485).

Outras falas foram surgindo sobre esse receio ao falar da temática na sala de aula, como relatou uma professora do 2º ano:

Medo de falar, medo das famílias, essa coisa de 'quando aparecer a gente fala'. Esse é o nosso grande erro como escola, de só tapar o sol com a peneira. A gente não aborda esses assuntos, porque vem na

nossa cabeça que educação sexual: Sexo! E não é! A gente fala, fala, fala, mas é sempre cada um com sua crença, sua família, a gente fala o que a gente acha para abafar o caso, mas a gente nunca é conciso naquilo.

Seguindo, pode-se refletir sobre a influência das mídias sociais sob as opiniões e entendimentos das famílias diante aspectos relacionados às diversidades de gênero e sexualidade. “Na atualidade, em que tecnologias diversas avançam velozmente e que é possível saber, a partir de alguns procedimentos qual é o ‘sexo’ do bebê mesmo antes do seu nascimento, a sujeição às regulações já começa a ser posta em prática nos âmbitos sociais e familiares” (GUIZZO, 2018, p. 128).

Ainda sobre a diversidade de gênero, a professora do 4º ano relatou o seguinte: “meninos azul, meninas rosa, sempre, não muda, é uma regra da escola”, “isso também entra numa questão de sexualidade” e “é uma cultura, porque os próprios chás revelação...”. As professoras citam os chás de revelação pois está em alta a realização desses eventos e publicações em redes sociais para a descoberta do sexo do bebê através das cores rosa e azul. Essa moda pode contribuir para os estereótipos binários em relação à Educação Sexual, uma forma conservadora de pensar. Guizzo (2018) reflete sobre essa padronização, alertando sobre a importância de se diferenciar sexualidade do sexo biológico, bem como os papéis e/ou funções femininas e masculinas de gênero.

Considerações finais

Retomando o objetivo central desta pesquisa, buscou-se compreender quais as concepções dos professores dos anos iniciais em relação à Educação Sexual. Dessa forma, ao analisarmos a seção Educação Sexual: “um bicho de sete cabeças?”: grupo focal, material empírico da investigação, percebe-se que todas as contribuições trazidas pelas professoras vão ao encontro do objetivo geral. Tudo o que elas falaram, conversaram e debateram durante os encontros de grupo focal é o que de fato compreendem sobre o assunto.

Desse modo, percebe-se uma fala muito presente sobre as famílias dos estudantes. As professoras citam diversas vezes que a falta de abertura por parte das famílias é um dos principais motivos para não falar sobre a Educação Sexual na escola. Além disso, não ter o amparo de políticas públicas também se destacou na fala delas,

pois a falta de legislação gera incômodo e insegurança. A isto, se soma o receio em relação às famílias sobre a Educação Sexual estar presente no ambiente escolar.

Voltando ao fato ocorrido com a professora de Blumenau, pode-se refletir que a tomada de decisão dessa professora não estava baseada em uma legislação específica sobre Educação Sexual. A ação se deu de acordo com seus achismos, com seus conhecimentos prévios sobre a temática e com a busca por informações para poder dar andamento à aula contra abuso sexual. São em situações ocorridas como essa que se percebe o quanto a necessidade de uma legislação sobre a Educação Sexual faz falta no cotidiano escolar e social.

Salienta-se que a Educação Sexual consiste em conhecimento e debate acerca da diversidade de corpos, gêneros e sexualidades, em seus aspectos sociais, culturais, históricos, psicológicos e biológicos. Isso mostra como a temática é importante para se abordar desde a infância, perpassando todos os níveis da educação básica. Talvez, nunca se terá uma resposta correta para as perguntas dos estudantes, ou uma legislação que diga aos docentes e comunidade escolar o que dizer às crianças sobre a Educação Sexual. Mas, a criação de uma política serviria de apoio pedagógico e familiar, bem como faria a temática ganhar mais espaço na sociedade.

Finalizando o artigo, ressalta-se que vivemos em uma sociedade onde pensamentos retrógrados ainda existem. Por isso, dever-se-ia ter um olhar mais atento e sensível para as políticas que vão ao encontro da Educação Sexual. É dever do governo federal, estadual e municipal dar amparo aos docentes, às escolas e aos estudantes. Na época atual em que se está, é o momento de investir na educação, de enfrentar medos e desafios, pensando no bem-estar e desenvolvimento dos alunos, para que os docentes e a comunidade escolar possam compreender, sem hesitar, os significados e vantagens de uma Educação Sexual na escola.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015. Diário Oficial da União, pág. 16 da Seção 1. 18 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/94124972/dou-secao-1-18-06-2015-pg-16>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual, Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 06 abr. 2022.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 18, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2425/53-dossie-felipej.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 14, n. 3, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2214/42-dossie-felipej_etal.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Gênero e sexualidade em políticas contemporâneas: entrelaces com a educação. *Roteiro*, Joaçaba, v. 41, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/7546/pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Série Pesquisa em Educação, Brasília: Liber Livro, 2005.

GAVA, Thais; VILLELA Wilza Vieira. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/B48F6W667b4w6tQZhHHy3Yn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GUIZZO, Bianca Salazar. Corpo, gênero e sexualidade: articulações possíveis entre pesquisas acadêmicas e escola. *RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades*, Humaitá, v. 2, n. 2, jul/dez. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/5150/4114>. Acesso em: 14 set. 2022.

GUIZZO, Bianca Salazar. Questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais no Brasil de 1981 a 2021. *Em Aberto*, Brasília, v. 35, n. 113, jan/abr. 2022. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5259/4122>. Acesso em: 14 set. 2022.

LOURO, Lopes Guacira. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 04 abr. 2022.

MARACCI, João Gabriel. KIT GAY: Controvérsias Educacionais em Disputas Políticas. In: *V Conferência internacional de filosofia da educação e pedagogia crítica*. Anais [...] Porto Alegre: Edipucrs, 2020. Disponível em:
<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/filosofiaeducacao/assets/edicoes/2019/arquivos/27.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PACHECO, Raquel da Veiga; MELO, Sonia Maria Martins de. A influência de filmes da Barbie sobre a educação sexual das crianças: na busca da compreensão de professoras sobre o tema. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 9, n. 3, jul/set. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6437/5305>. Acesso em: 15 out. 2022.

SEFFNER, Fernando. Sexualidade: Isso é mesmo matéria escolar? *Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 17, n. 2, maio/ago. 2014. Disponível em:
https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750/pdf_55.
Acesso em: 12 set. 2022.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, ago. 2021. Disponível em:
<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16462/209209213880>.
Acesso em: 15 out. 2022.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, jan/mar. 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2022.

Recebido em novembro de 2022.
Aprovado em julho de 2023.